

VELHICE, MUNDO RURAL E SOCIEDADES MODERNAS: TENSOS ITINERÁRIOS

NEUSA MARIA MENDES DE GUSMÃO

ADRIANA DE OLIVEIRA ALCÂNTARA

RESUMO *Este trabalho trata da velhice no meio rural e tem por pressuposto que o viver na cidade e no campo apresenta aspectos peculiares enquanto espaço marcado por tradições e valores. Assume-se aqui a perspectiva da antropologia, a fim de compreender como a vida social é produzida e reproduzida por idosos no campo. É importante olhar a sociedade onde eles estão inseridos e o como ela se refere a esses sujeitos. A interpretação dos processos de vida contempla a velhice no meio rural português e num pensar comparativo instiga-nos a explorar as práticas e representações da velhice no contexto rural brasileiro.*

PALAVRAS - CHAVE *Velhice; espaço rural; Portugal; Brasil.*

ABSTRACT *Assuming that the city and the country are spaces marked by traditions and values, this work deals with the specificity of elderliness in rural areas. We seek to understand, from an anthropological perspective, how social life is produced and reproduced by the elderly in these areas. Our interest is to look to the society where they are inscribed, as well as to how they are referred to by this society. The proposed analysis has its focus on Portuguese rural areas and, in a comparative perspective, instigates us to explore the practices and representations of old age in Brazil rural areas.*

KEYWORDS *Old age; rural areas; Portugal, Brazil.*

A presente proposta, tal como numa imagem em polaróide, apresenta instantâneos da velhice no rural português, decorrente de indícios a respeito de uma realidade em transformação para, então, perguntar-se da realidade do envelhecimento diante das transformações sociais no caso do rural brasileiro. Como ensaio parcial e reflexivo que fala comparativamente da velhice, propõe-se, aqui, discutir a temática a partir de um olhar situado e particular: a antropologia.

A antropologia, como ciência interpretativa que é, constrói um olhar à velhice e, como tal, permite-se *ler e interpretar* a realidade social. A leitura da velhice em Portugal se faz por meio de incursões a poucos textos e bibliografias dispersas sobre o tema, que permitem pontuar aspectos densos dessa realidade singular e contemporânea no mundo português. Com esse mapa, busca-se estabelecer pontes ou indagações desse mesmo processo no caso brasileiro. No Brasil, pesquisas e textos acadêmicos revelam-se pouco preocupados com certos segmentos do mundo rural, entre os quais se destacam a criança e sua infância, o velho e sua velhice.¹ A invisibilidade desses segmentos no mundo rural brasileiro desafia a que se pensem os processos de desenvolvimento rural. Em questão, as transformações da ordem produtiva e suas implicações para o âmbito, não apenas da força de trabalho, das relações de posse da terra e seus movimentos de luta, mas também para o universo dos sujeitos, da família e das tradições de uma realidade em mudança. Assim, através da antropologia confirma-se o olhar, o ler e o interpretar não desatento aos “processos da vida”, entendendo esta como parte das complexidades da vida coletiva (REIS, 2003).

O que aqui se apresenta consiste numa leitura possível do envelhecer e do envelhecimento, numa realidade outra que não a brasileira, porém que possui muitos pontos de proximidade e de distanciamento com o envelhecimento no Brasil. Este é, então, um primeiro passo no sentido de um pensar comparativo entre essas duas realidades, que, envolvendo um país do Primeiro Mundo e sua realidade contemporânea, permite pensar uma realidade

1 Ao final deste ensaio, alguns dos poucos trabalhos já publicados serão apresentados como parte deste debate.

outra, ou seja, a de um país periférico e latino-americano como o Brasil. Parafraseando Natalie Zemon Davis (1995), trata-se de “vidas distintas, mas que transcorreram num campo comum” (apud KOFES, 2004, p. 51) – o campo da velhice e seu contexto atual – como processo social global. A velhice e o envelhecimento são definidos, então, como “problema social” e, para solucioná-lo, diz Debert (2004), diferentes práticas são colocadas em ação como políticas públicas.

Por sua vez, como fato social e como “problema social”, a velhice também se impõe, no olhar dos cientistas sociais, como um problema sociológico, vale dizer, um fato que necessita ser compreendido e explicado e, para tanto, pode ser investigado e interpretado por esse outro olhar e por seus diferentes aportes teóricos. As ciências sociais, por sua vez, estabelecem um diálogo cruzado e de possíveis trocas com outro campo de especialidade sobre a velhice que é a gerontologia, além da economia, da psicologia e outros. Assim, o caráter interdisciplinar deste tema central – o envelhecimento – se faz desafiador de múltiplos olhares e múltiplas interpretações.

Para Debert (2004), especialistas em envelhecimento discutem os múltiplos ângulos em que a velhice e o envelhecimento do mundo moderno se colocam como desafios públicos e privados, no seio do Estado, da sociedade, dos grupos, das famílias e dos indivíduos entre muitos outros espaços específicos. Nesse debate, de modo freqüente, a questão de indicadores sociais de diferentes ordens, desde as condições sociais de vida, moradia, educação, saúde até as dimensões de direitos e deveres, encontra-se em jogo. Não por acaso, tal debate se institui. Trata-se de pensar o mundo moderno como um contexto que, por sua modernização e seu alcance tecnológico, alterou a realidade do envelhecer, agora, prolongado em termos da expectativa de vida de diferentes sujeitos sociais, dando origem a uma nova ordenação do envelhecimento, fato que passa a demandar exigências econômicas, sociais e políticas as mais diversas.

SOCIEDADE MODERNA: ITINERÁRIOS DO ENVELHECER

2 Sociedades modernas são entendidas aqui como sociedades organizadas pelo capital, cujas relações privilegiam processos gerais destinados ao desenvolvimento das forças produtivas e da produção do lucro.

A velhice e o envelhecimento nas sociedades modernas² são assumidas como questão pública que exige a tomada de posição por parte do Estado, de organizações privadas como ONGs e outras, com a finalidade de implementar ações consoantes ao problema social que tais fatos representam. Trata-se da “outra idade da vida” como diz Debert (2004), que se coloca como desafio do olhar em busca de compreender “as diferentes formas de velhice, as formas de gestão da mesma, as vulnerabilidades que lhe estão associadas, a saber, a pobreza e a exclusão social” (COVA, RAMOS e JOAQUIM, 2004, p. xvi). Todos esses aspectos são inerentes à velhice e ao envelhecimento como atestam estudos e ações de caráter interventivo de ordem institucional ou não. A conquista da longevidade a que corresponde tais aspectos acontece também no mundo rural e acarreta conseqüências semelhantes. Contudo, quase sempre, tais fatos são despercebidos das estatísticas, dos planejamentos, dos estudos e das pesquisas que contemplam o fenômeno. Em geral, a preocupação de todos os envolvidos no debate se faz em torno da chamada “terceira idade”, contexto mais preocupado com a busca de “um novo sentido para o envelhecimento: a busca pela jovialidade e seus derivados”, como dizem Pereira e Santos (2007), que tem a ver com uma concepção mais urbana do envelhecer nas sociedades de hoje.

Contudo, a indefinição entre o que é rural e o que é urbano revela dificuldades crescentes para se pensar as especificidades em um ou outro espaço. Como diz Alcântara, em recente experiência de trabalho de campo no interior do estado do Ceará, um dos mais pobres do Brasil, foi verificado que, na maioria das casas, as famílias usufruem de equipamentos como DVD, telefones celulares e, sobretudo, antenas parabólicas.³ Diante desse cenário de mudanças, é imperativo repensar a figura social do velho, uma vez que este não é tão-somente o guardião da memória e da tradição. Seu papel não está restrito a transmitir o passado,

3 Pesquisa de doutorado em antropologia social de Adriana O. Alcântara, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, em andamento e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp, sob orientação da professora doutora Guita Grin Debert.

posto que viva o tempo presente num cotidiano marcado pelo confronto entre o novo e o velho. E mesmo que seja residente de um espaço reconhecido como rural, sua vida liga-se por diferentes razões a um espaço urbano próximo ou não. Hoje o idoso vai ao banco, assiste à televisão, participa de grupo de convivência, viaja e, sobretudo, convive com outras gerações. É já de amplo domínio que avós hoje criam netos e, muitas vezes, são eles chefes de família na ausência dos parentes mais novos e em idade produtiva que se engajam no mercado de trabalho. O que cabe perguntar é se todas essas mudanças implicam valores e atitudes que revelam estarem os mais velhos presos ou não ao mundo do “antigamente” ou se são eles flexíveis à modernização. A essas perguntas não se tem, ainda, respostas suficientes ou adequadas.

Uma das razões que se pode apontar está em que, nos estudos acadêmicos brasileiros, o rural entra em cena em termos das transformações das relações de produção voltadas para a exploração intensiva do campo, das novas metas do capital agrário etc. Quando, nesses estudos, a velhice aparece como realidade, privilegia-se como tema a aposentadoria rural, decorrente do antigo Funrural e políticas atuais conexas (Pronaf e outras), buscando apreender os impactos no sistema previdenciário, os desafios para a economia e os entraves que acompanham tais políticas para o modelo de desenvolvimento e modernização do campo. Com raras exceções, discute-se a dimensão das mudanças que o benefício da aposentadoria, dada sua dimensão pecuniária, causa nas relações familiares, principalmente, no contexto da produção familiar com pouco ou nenhum excedente destinado ao mercado e com alto índice de migração, temporária ou não, das gerações mais jovens. Como dizem Pereira e Santos, no mundo rural brasileiro, “é comum ocorrer migração de apenas parte da família. Neste caso, geralmente os indivíduos em idade produtiva vão tentar a vida na cidade, e os parentes mais idosos permanecem em seus locais de origem. [...] No caso dos aposentados, a aposentadoria de muitos idosos tem se tornado a renda principal do grupo familiar” (2007, p. 4-5).

Por sua vez, a temática das relações intergeracionais, as novas relações entre avós e netos, ou seja, entre os muitos jovens, crianças e velhos, cujos papéis são redefinidos, estabelecendo dinâmicas não-tradicionais no universo das práticas rurais e redefinindo valores e hábitos sociais, são parte de estudos escassos e pontuais, que estabelecem o coletivo familiar como sujeito. Nos estudos que consideram o indivíduo que envelhece, entra em cena a dimensão dos processos psicológicos relativos a desajustes físicos, sociais e emocionais próprios da velhice e, em maioria, que se ligam ao debate no campo da saúde, na perspectiva da velhice como perda, fragilidade e doença, e, como tal, objeto de políticas públicas de mesma natureza.

Contudo, é preciso admitir, como diz Brandão (2007), que temos diante de nós um múltiplo mundo rural, nada uniforme ou globalizado e esse é o desafio que vem com a modernização no campo em terras portuguesas e em terras brasileiras. Por sua vez, diante de um contingente social que a cada dia cresce – os velhos ou idosos do mundo rural e urbano –, a realidade social se vê desafiada em sua suposta “normalidade” e perspectiva. A ilusão em que a modernização do campo nos coloca, faz crer que as mudanças nesses espaços são estruturais e sem volta, como diz Brandão, e nos causa uma cegueira ideológica que afeta os estudos acadêmicos e, também, as políticas que se engendram para esse universo. Muitas vezes, estudos e políticas se tornam parciais por capitularem a ilusão do agronegócio ou dos assentamentos como fenômenos atuais, sem considerar a existência de um ou de diversos espaços/tempo de vida rural, de caráter mais tradicional, como se esses não mais existissem. Brandão afirma, com razão: “sabemos que tudo está mudando, e nada mudou inteiramente ainda” (2007, p. 43).

Esse é o contexto motivador dessa reflexão que traz para o debate um país estrangeiro – Portugal – e, em seu universo, o mundo rural, no intuito de fazer um caminho inverso e olhar para o Brasil, para o rural brasileiro por meio de um debate, praticamente inexistente, porém instigador e necessário – o rural profundo e seus sujeitos.

SOBRE A VELHICE NO RURAL PORTUGUÊS: UM OLHAR SITUADO

Entre os anos de 1990 e 2000, a paisagem urbana de Lisboa foi gradualmente alterada em razão da modernização do país e sua crescente urbanização, fomentada pelo apoio da União Europeia (UE), da qual Portugal faz parte e de acordo com o modelo de desenvolvimento adotado pela UE para os países-membros. Não só Lisboa, mas todo o país, nesse período, começa a implementar diferentes políticas sociais e públicas para diferentes espaços e setores, bem como para diversos segmentos da população. A dinamização da estrutura do Estado português permite a emergência de diferentes movimentos de ação e práticas, notadamente por meio de ONGs, que atuam em conjunto com governos locais e mesmo nacionais, na busca de modelos de desenvolvimento sustentável e reorganização social e produtiva dos espaços urbanos e rurais. É por essa ótica que novas perspectivas transformam realidades tradicionais, criando novas formas de ser, estar e perceber o meio rural e sua gente. O rural como espaço marcado por tradições e valores próprios ligados à terra, à família e ao trabalho transforma-se, instaurando novos papéis sociais, novos valores e contravalores.

Os contrastes e as contradições desse momento dizem respeito ao presente em transformação, mas são também parte de um passado e de um futuro que vão além da nação, envolvem indivíduos, grupos, famílias, instituições e espaços os mais diversos. Em 2000, a paisagem urbana de Lisboa se transformara. Entre 1990 e 2000, a cidade se modernizou, expandiu, e seu crescimento havia acarretado progresso e riqueza, no entanto, tornara mais visível a face da pobreza e da exclusão social. Essa face se expunha com intensidade no aumento de crianças e mendigos perambulando pelas ruas de Lisboa e da cidade do Porto.

Num contexto de crescente presença imigrante, principalmente, de africanos dos Palop* (GUSMÃO, 2005) e outros, vivendo em condições sub-humanas nos bairros de lata, com precárias relações no mercado de trabalho, quase sempre

* Nota do Editor: Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

clandestinos e muito pobres, o olhar no espaço público da rua, no entanto, se surpreende. Na rua perambulavam não estrangeiros, negros e pobres, mas mulheres portuguesas e idosas, muitas das quais migrantes de um Portugal interior, um Portugal rural, empobrecido, marginal e, sobretudo, envelhecido.

A surpresa dessa descoberta diz respeito ao fato de que, reiteradamente, diversos autores apontam para o fato de que a velhice em Portugal é uma preocupação que diz respeito à família, envolve a solidariedade entre gerações, as relações do cotidiano e a organização da vida social em torno de hábitos e tradições familiares (RAMOS, 2004); envolve redes de solidariedade familiar e intrafamiliar (PERISTA, 2004), além de abranger políticas sociais de proteção à velhice – nomeadamente as políticas voltadas para a aposentadoria ou reforma como se diz em Portugal –, que se tornaram mais efetivas após a revolução de abril de 1974 (DEBERT, 2004).

Como diz Perista (2004): “Tanto em Portugal, como noutros países da Europa Comunitária, estudos recentes têm demonstrado que, longe de serem abandonadas pelas famílias, as pessoas idosas tendem a manter um contato relativamente estreito com os seus familiares” (p. 257).

A indagação que se impõe, então, é tentar saber o que nesse contexto conduz mulheres idosas a viverem na rua e a mendigarem em praças públicas. Se há uma forte tradição de acolhida e não-abandono dos idosos, o que faz com que nos grandes centros – Lisboa e Porto – seja cada vez mais recorrente a presença de idosos pobres na rua, a dormirem em calçadas? E, se de fato são, em maioria, de origem rural, qual é o rural de hoje em Portugal?

Para encaminhar tais questões é preciso situar o contexto português contemporâneo, compreendendo que a dinamicidade do urbano, marcada pela modernização e expansão, chega a povoados, aldeias, numa urbanidade de “faz-de-conta”, como diz Portela (2003) e, ao mesmo tempo, essa mesma modernização faz fluir verbas públicas para diferentes propósitos, acarretando uma movimentação social e política diferenciada e de muitas consequências.

A resposta ainda está por exigir investigações mais profundas, mas conduz ao desafio de tentar entender entre os espaços mais tradicionais da realidade portuguesa – o mundo rural e seus sujeitos, em particular, os velhos.

O RURAL PORTUGUÊS: DUPLA REALIDADE

A produção acadêmica, bastante escassa, revela que em Portugal a velhice é uma questão central para as políticas públicas. A razão não é apenas porque seu contingente cresce a cada dia, mas porque seu crescimento resulta em possíveis entraves ao plano de desenvolvimento e modernização econômica do país, tal como proposto pela UE, ou ainda, em razão de seu peso para o futuro do sistema previdenciário. Pouco se considera a dimensão humana marcada por trajetos e biografias singulares que envolvem diferentes formas de viver a velhice.

O direito à vida não pode ficar reservado só para quantos revelem sucesso na “selva” dos procedimentos econômicos, sucesso avaliado além do mais, e tão só, por grandezas (quantitativas) que estão longe de refletir critérios de qualidade de vida. A preservação da diversidade, dos valores culturais pode, só por si, para além dos aspectos econômicos e ainda que de modo discreto, garantir viabilidade ao mundo rural se é legítimo pô-lo em causa (LOPES, 2003).

A preocupação com o equilíbrio do sistema financeiro do sistema de seguridade social origina uma política pública que incentiva a saída precoce do mercado de trabalho, principalmente no campo, criando situações de dependência, vulnerabilização e precarização da vida das pessoas idosas (PERISTA, 2004). Cria, ainda, a figura de novos velhos⁴ a coexistir com velhos velhos, “embora sejam todos identificados como uma só categoria” (FERNANDES apud NOBRE et al., 2003, p. 324). Entre os objetivos desse processo está o incentivo à inovação agrícola do campo, tornando-a produtiva para o capital, ou mesmo, o propósito de

4 “Novos velhos” correspondem a sujeitos do mundo rural que se aposentam por conta da política de Cessação das Atividades Agrícolas (aposentadoria precoce e, até certo ponto, forçada pelo projeto de modernização do campo), fazendo-se velhos antes do tempo, mas vistos “velhos” como outros quaisquer aos olhos do Estado. Velhos e novos velhos vivem a destituição de si com relação ao mundo rural e, assim, vivenciam todos a tristeza e a depressão.

redirecionamento da vocação rural para uma nova forma de viver o rural, agora como espaço de lazer e turismo para moradores da cidade. Por sua vez, se algumas áreas do interior português são assim revitalizadas, outras tidas como mais marginais ou chamadas de “rural profundo” se desvitalizam pelo êxodo rural-urbano e pela emigração. No processo constituem-se bolsões de pobreza e miséria, que atingem, sobretudo, aquele que envelhece sem ter ao seu lado os mais jovens para dar continuidade às lidas do campo e assumir os cuidados para com eles, agora sujeitos desta “outra idade”. Cria-se uma dicotomia entre o mundo tradicional português e o novo mundo que se instaura.

Como diz Portela (2003, p. 9), “o dito *mundo rural* português já não é nem rural nem mundo”, a urbanidade faz-de-conta e a assimilação de estilos de vida citadinos no meio rural, que não é exclusividade portuguesa, resultam em “desejo de acesso a benefícios citadinos, reais e imaginados”; em “infra-estruturas e dinâmicas [...] compreensíveis à luz dos montantes de hoje e da escassez de outrora”. É assim que o *mundo rural* português contemporâneo, diz o autor, passa a ser designado como Portugal-chão. “Portugal-chão é a noção a convocar ainda a imaterialidade da cultura, dos modos de ver, pensar, sentir, agir e ser – e os respectivos suportes materiais duma microssociedade que, real e simbolicamente, assenta na terra e no interconhecimento, tanto o geracional como o vicinal” (PORTELA, 2003, p. 11).

No centro desse processo de mudança, o desafio consiste em repensar o lugar próprio dos velhos e da velhice, as formas de sociabilidades localmente construídas, as redes sociais dentro e fora da família. Como as mudanças afetam a percepção da velhice, a identidade do idoso, sua condição psicológica e social? As mudanças em jogo instauram a necessidade de repensar a problemática de uma velhice bem-sucedida.

É preciso considerar que o contexto de mudança pode reforçar ou comprometer os mecanismos tradicionais vigentes no seio da família, na vizinhança, na aldeia. Não só a paisagem muda, também as relações dos sujeitos com a terra, com outros sujeitos e com

seu mundo se transformam. O comentário de Ramos (2004) com relação à infância em Portugal é perfeitamente aplicável ao caso da velhice. Diz a autora: “Prevenção, desenvolvimento e organização da vida quotidiana [...] se inscrevem num conjunto de hábitos e tradições familiares [...], de representações antigas e contemporâneas, individuais e coletivas” (p. 150).

Assim, a família no meio rural enfrenta muitas mudanças: a saída dos mais jovens para trabalhar/estudar no urbano; os casos de divórcio que agora são mais freqüentes; a mortalidade e a viuvez são significativas, e a viuvez atua como motivo de constituição de novas famílias. Porém, serão homens idosos, mais que mulheres idosas, os que constituem novas famílias e aqui também opera uma razão perversa a alterar o cotidiano. Trata-se do fato de que o envelhecimento do mundo rural português é marcadamente maior entre as mulheres e de que são elas que alcançam maior longevidade.⁵ Também são elas que se encontram menos instrumentalizadas que os homens para complementarem as aposentadorias e pensões miseráveis. Nesse sentido, uma sociedade marcada por desigualdades como é o caso da sociedade portuguesa, a feminização da velhice, pode significar a combinação de pobreza, doença e solidão, sendo essa uma possível razão da presença de mulheres idosas nas ruas das grandes cidades do país.

Como lembra Ramos, “a família constitui espaço social onde coabitam o passado, o presente e o futuro, o particular e o universal e onde se constrói o bem estar individual e social” (2004, p. 157). Cabe, porém, perguntar à família o quanto consegue assegurar em meio a tantas mudanças. Perista (2004) aponta para o fato de que em Portugal, hoje, há um processo inevitável de contração do potencial das famílias e, mais ainda, das mulheres dentro delas, o que coloca em jogo as possibilidades de cuidado dos “seus” próprios idosos. Emerge, assim, o protagonismo de mulheres idosas que cuidam de outras idosas. De vizinhos que assumem o papel de cuidador antes inserido na família, multiplicam-se os casos de cuidadores pagos pelos filhos e netos distantes.

⁵ Também no Brasil, o processo de envelhecimento da população brasileira, como diz Rute Godinho (2004, p. 195), corresponde a um amplo processo de feminização da velhice, sendo maior o número de mulheres que sobrevivem mais tempo que os homens. Contudo, no mundo rural, como se vê mais à frente, ocorre uma masculinização da velhice em razão do grande êxodo de mulheres jovens para o mercado de trabalho urbano.

Configuram-se novas redes de solidariedade intrafamiliar em razão da distância geográfica entre as diferentes gerações de uma mesma família (PERISTA, 2004), emergem, pois, novos papéis para práticas do passado. Em questão, uma nova forma de família, agora descontínua, que atua na vida cotidiana por meio de um conjunto de hábitos e tradições, não mais limitados a formas antigas e passadas, mas reordenadas e reorganizadas pelo presente da vida cotidiana e por ela resignificadas.

Nessa medida, as transformações conduzem a “olhares sobre os espaços rurais que perderam a especificidade nas dimensões social e econômica” e que se moldam a partir de aglomerados urbanos (CALDAS, 2003, p. 533) cuja ancoragem é pensada a partir de processos de desenvolvimento. O que conta é a necessidade de modernização da sociedade portuguesa. O que não é merecedor de um olhar singular são “os problemas específicos de camadas diferenciadas da população rural, como os jovens, os idosos, as mulheres” (idem, op. cit., p. 537).

Em Portugal, está em jogo o conciliar a vida entre o tradicional do universo rural e familiar, do mundo do trabalho no campo com relação à terra e à vizinhança, e a modernização e alteração da vocação rural, agora, implementada pelo setor de serviços decorrentes do turismo, lazer, recreação com infraestrutura de hotéis, condomínios fechados e outros. As mudanças por suas contradições parecem tornar inconciliável o mundo de antes e, nessa medida, trazem consigo problemas de qualidade de vida e dificuldades para entender os compromissos do tempo presente, para entender seus sentidos e significados. Ser velho no mundo rural português de hoje exige conciliar um passado e um presente com uma nova forma de envelhecer, de ser velho.

Como diz Portela, “terras e gentes são modeladas não tanto pelo que se deseja fazer mas pelo que se acaba fazendo. A conjuntura aí está sempre a estimular, a retrain, ou mesmo bloquear a mudança” (2003, p. 29).

É assim que em Portugal, hoje, tudo é novo ou tudo se inova, do mundo do trabalho ao mundo familiar e político, atravessando as experiências de grupos e de segmentos de grupos, entre eles, os velhos.

SER VELHO E ENVELHECER: “*PARAR É MORRER*”

A vida daquele que envelhece resulta das condições vividas entre um envelhecer tradicional e uma nova forma de envelhecer que agora se faz presente no meio rural português. Em jogo na vida daquele que envelhece as condições de vida dessa nova forma de envelhecer. Nesse sentido, a adoção de medidas no interior de políticas sociais pensadas a partir da idéia de desenvolvimento desloca a realidade e resulta de rupturas na cultura de cuidados com relação aos que envelhecem; reinventam-se papéis sociais no grupo e exigem pensar as possibilidades de igualdade na diferença que a velhice representa.

Cabe perceber que,

à medida que o corpo e a alma se alteram, tal como outras circunstâncias da vida, as pessoas vão-se adaptando e agem, trabalhando o que podem, cientes de que *parar é morrer*. Dançam consoante a música, e, não fora o critério arbitrário da idade, talvez à volta de 20% dos idosos pudessem ser incluídos na *população activa*. Isto, tendo em conta o que fazem, e mais poderia ser se sua participação fosse estimulada. No geral, não se colhe do arvoredor seu saber e do seu saber-fazer, de experiência feito – *há um saber que vive e não desterra* (PORTELA, 2003, p. 16).

Portela chama a atenção para a experiência vivida dos que envelhecem e para a possibilidade de os velhos terem um papel ativo nessa nova ordem de mudança. Nesse sentido: Quem é velho? O que envelhecer significa ou pode significar? Em questão, o fato de que “envelhecer não constitui um sinónimo inevitável de deterioração, dependência e perda da qualidade de vida” (FONSECA, 2005, p. 290).⁶

⁶ Neste debate, não se esquece que envelhecer envolve perdas significativas e diversas, mas busca-se resgatar as diferentes formas de representações da velhice e possíveis papéis sociais que a velhice pode ter em diferentes sociedades. Preserva-se, na citação, a escrita em língua portuguesa (de Portugal).

Nesse sentido, “existem velhos em todos os lugares, mas a maneira pela qual são tratados [e percebidos pelos que lhe estão à volta] é muito variável e depende de contextos específicos”, como dizem Woortmanne Woortmann (1999, p.133). Se a velhice é relativa, pode-se então pensar em resgatar a idéia proposta por *Portugal chão* (PORTELA, 2003) para o caso brasileiro. O que *Portugal chão* afirma é que, num contexto dividido entre um rural e um agrícola, entre espaços de investimentos e projetos de desenvolvimento, subsiste uma velhice que, quanto mais distante e marginal nas áreas de um “Portugal profundo”, é menos visível para os procedimentos estatísticos e para as investigações acadêmicas e seus diversos campos de saber. Parece ser esse, também, o caso da realidade brasileira no meio rural, em particular naqueles espaços distanciados dos pólos de desenvolvimento rural e agrícola ou dos espaços de organização e luta pela diversidade social no campo. O debate português busca reacender o debate sobre a velhice como contexto relacional que não retira aos velhos as possibilidades de uma função social ativa e necessária, num universo em mudança.

É possível que espaços de um “Brasil profundo”, um “Brasil chão”, muitas vezes, vivendo os efeitos da modernização e transformação do campo, sejam espaços que melhores referências podem dar para se discutir os efeitos desses processos no meio rural brasileiro. Talvez, a visibilidade desses espaços permita superar a ainda pouco “relevante” presença de grupos e sujeitos à margem para estudos acadêmicos, reflexões mais críticas e políticas públicas de inclusão.

ENTRE PORTUGAL E O BRASIL: DESENVOLVIMENTO, TRADIÇÃO E MUDANÇA

Em Portugal, os que envelhecem no rural distante, nas zonas de difícil acesso, de forte despovoamento, economia escassa e nenhuma infra-estrutura, como os classifica a União Européia, são os que melhor podem contrapor o conhecimento desse

rural de dupla realidade que a modernização ordena como nova ruralidade e que a cidade revela como nova paisagem urbana. Antes de qualquer coisa, o “rural profundo”, não atrelado a uma visão econômica ou economicista do rural, é aquele que se preocupa mais efetivamente com os sujeitos sociais, com suas formas de sociabilidade e identidade. Para os que aí estão, o mundo rural não se divide entre um universo rural e um universo agrícola e outro urbano, tal como postulam as políticas públicas e, menos ainda, vivencia sua conseqüência maior: o “envelhecimento social ou profissional”, que gera os “novos velhos”, ainda produtivos, ainda ativos na vida social e no mundo do trabalho rural. São os que melhor podem dizer de um processo de envelhecer e de ser velho, que não tem a ver com o que o Estado define como velho e que, em não sendo velho para o trabalho, não é velho para a família ou para a comunidade (WOORTMANN e WOORTMANN, 1999).

Afinal, segundo Fonseca, não há uma definição clara do que seja “ser velho”, “ser idoso”. Fonseca critica o “idadismo” com que pensamos a velhice e os velhos como “um grupo homogêneo, redutível à sua idade cronológica” (2005, p.283). O autor pergunta-se “como definir ‘idosos rurais’, pois são sujeitos de contextos diversos e possuem características e necessidades específicas”. Por sua vez, Fonseca cita Kroutz e Coward (1998), afirmando que os velhos do mundo rural são sujeitos que transitam num sistema de valores e crenças que resultam em diferentes mitos e todos estes distantes da realidade. Em terra portuguesa os mitos são:

- reformam-se (aposentam-se) em pequenas comunidades bucólicas, onde os esperam anos de felicidade e contentamento com poucas preocupações ou cuidados;
- têm forte apoio de redes familiares, que estão sempre disponíveis para lhes prestar os cuidados apropriados quando precisam;
- têm elevados níveis de saúde e satisfação;
- vivem em comunidades solidárias, que se preocupam especialmente com as necessidades dos idosos;
- têm pouca necessidade de serviços de apoio;

- embora não sejam ricos, conseguem suprir as suas necessidades de forma confortável porque os custos de vida no campo são mais baixos;
- são muito semelhantes enquanto pessoas e relativamente ao ambiente em que vivem. (FONSECA et al., 2005, p. 98-99).

Embora referidos a Portugal, tais mitos não estão distantes do senso comum presentes em terras brasileiras. Assim, no Brasil ou em Portugal, tais mitos revelam como operam o senso comum e a ideologia que, muitas vezes, colocam em jogo as políticas que se adotam para o mundo rural. Por essa razão, talvez, a invisibilidade dos velhos e da velhice, e sua contradição, já que o “velho” e a velhice vivida de modo ativo no mundo rural se tornam paradigmáticos para pensar as múltiplas faces do mundo rural, brasileiro ou português.

No Brasil profundo da agricultura familiar, de escassa mão-de-obra, o velho ainda ativo é, hoje, representante de uma paisagem rural que insiste em persistir e da qual dependem ainda significativamente outros pólos da nação brasileira.

Por sua vez, as situações sociais e econômicas de Portugal requerem projetos de intervenção e objetivos a médio e longo prazo que se orientam pela investigação e ação de órgãos públicos locais e/ou nacionais para pensar o futuro, mas e o presente? E as áreas desse Portugal profundo e sua gente? E no Brasil, para além do caso da previdência rural no campo, há políticas públicas que se preocupam com a questão?

Não se pode esquecer de que velhos e velhice se constituem em meios culturais, físicos, sociais e econômicos específicos, todos relacionais, seja na família, seja fora dela. Assim, as transformações que ocorrem na sociedade, como um todo – seja ela a sociedade portuguesa ou outra –, afetam a dimensão local de vida e afetam diretamente a todos que aí estão em termos de seu desenvolvimento, educação, saúde, bem-estar, competências sociais e ritmos inerentes às práticas cotidianas, representações que possuem de si e do seu mundo.

A realidade brasileira e seu meio rural tem sido objeto de olhares econômicos e sociológicos diversos, porém, também nesses espaços, sujeitos reais vêm ganhando longevidade e enfrentando as transformações inerentes ao processo de envelhecimento e se confrontando com as questões decorrentes do modelo de desenvolvimento do mundo rural e da realidade nacional como um todo.

Um conjunto de elementos socioeconômicos e culturais, outros de ordem afetiva e familiar, fatores individuais e psicológicos desencadeiam processos significativos relativos à estruturação do ser humano e, em particular, nesse momento da vida em que, envelhecidos, necessitam de um novo adaptar-se, um novo rever-se. Significativa é a mensagem de Alcântara ainda em trabalho de campo, no momento em que redigimos juntas, via Internet, o presente trabalho. Impactada pelo que encontra no rural profundo do sertão nordestino, diz ela:

Está sendo uma experiência ímpar [a pesquisa de campo], pois nada conhecia do mundo rural. Algo que me está chamando muita atenção nos velhos, tanto homens como mulheres, é a vontade de trabalhar ainda no roçado, apesar do corpo não acompanhar essa vontade. Olha, são todos aposentados. Isto também é preocupante em minha pesquisa, uma vez que propus pesquisar velhos dependentes da família, mas ainda não os encontrei. Os velhos estão criando os filhos, netos e até bisnetos. Uma velha me disse que vai haver um tempo em que vai ter fome, pois os filhos não querem trabalhar. E o que será deles quando seus velhotes lhes faltarem? Também alegam que, além da aposentadoria, outro fator que não motiva ao trabalho é a Bolsa-Família, uma vez que no tempo deles [jovens de ontem] não tinha nada disso.

A mensagem da pesquisadora acontece em razão do impacto de um rural que foge aos “modelos” concebidos pela visão urbana e comum a respeito da velhice. O que pensar de um velho ativo, que quer trabalhar na roça e cria filhos, netos e bisnetos? O que pensar quando se vai a campo em busca de “velhos dependentes”,

tal como postula o senso comum e a visão medicalizada da velhice e esses não são encontrados? Como ficam os valores com que se ordenam as relações entre sujeitos e com a terra, se os mais novos não querem trabalhar? Não querem trabalhar, particularmente, na terra e repor sua condição camponesa ou de trabalhador rural?

A realidade concreta que se expressa diante dos olhos da investigadora mostra que há um outro lado das chamadas políticas públicas, de inclusão, compensatórias ou de direitos – tais como aposentadoria rural, Bolsa-Família, Fome Zero etc. –, que exige um olhar crítico e apurado, pois nem sempre tais políticas respondem a necessidades de longo prazo, além de criarem situações conjunturais que fogem às regras do mundo camponês, seus valores e suas práticas.

Pereira e Santos afirmam que “o meio rural constitui-se em um sistema de organização social que mantém um universo de práticas e representações” (2007, p. 6) e retomam Wanderley para dizer das formas de inserção de diferentes grupos na sociedade inclusiva. Contudo, o caso empírico acima relatado evidencia o quão pouco sabemos desse universo e coloca como desafio a necessidade de conhecer realidades rurais não plenamente integradas aos projetos de modernização do campo, em andamento tanto em sociedades desenvolvidas – caso europeu e dos Estados Unidos entre outros – quanto em sociedades em desenvolvimento, como é o caso de diversos países da América Latina, entre eles, o Brasil.

A face da modernização que tende a encobrir tais realidades nos induz a supor uma reconfiguração territorial e humana de natureza homogênea, posto que se volta ao seu comando maior a reprodução do capital e sua lógica. Nesse sentido, os critérios que operam os projetos de intervenção pública ou não tomam por base elementos de ordem mais administrativa do que geográfica, social e humana, tal como o faz o IBGE na definição do que é o rural brasileiro. Camarano e Abramovay apontam para o fato de que “não existe critério universalmente válido para a delimitação

das fronteiras entre o rural e o urbano” (1999, p. 6). Afirmam que o IBGE se utiliza de um critério que encobre e subestima a população rural, colocando em erro aqueles que tomam por base seus números e suas estatísticas a respeito do rural brasileiro, seja em razão da produção do conhecimento, seja para formular políticas públicas destinadas à população rural.

A VELHICE NA ZONA RURAL BRASILEIRA: UMA REALIDADE A SER (RE)CONHECIDA

O Brasil é um país diverso em termos regionais, socioeconômicos e culturais. Com isso, urge a necessidade de se fomentar pesquisas voltadas a entender a inserção do idoso no meio rural brasileiro, visto que há certa carência de estudos pontuais acerca do envelhecimento humano nesse espaço sociodemográfico. É mister contrastar um cenário específico diante de uma realidade em que a responsabilidade sobre a velhice bem-sucedida ou não recai sobre o próprio velho, por meio da ideologia individualista, própria da sociedade moderna, superestimada enquanto estilo de vida como se houvesse uma única forma de envelhecer (DEBERT, 1999).

Essa perspectiva equivocada de se pensar a velhice como um evento universal prioriza a concepção biológica da vida humana, porém a pesquisa antropológica tem demonstrado a diversidade da experiência do envelhecer. Na sua multidimensionalidade, a velhice é dada de formas distintas para o homem e a mulher (gênero), o rico e o pobre (econômico), o cidadão de uma grande capital e o sertanejo (social), o cidadão de país periférico e o cidadão de um país central (econômico/social), o cidadão do nordeste brasileiro e o cidadão sulista (regional), o índio, o branco e o negro (étnico).

Desse modo, situar o contexto em que o indivíduo está inserido possibilita uma compreensão de que velho se está falando, como bem expressa Barroso ao se reportar à imagem da velhice precoce já em torno dos 40 anos de idade, haja vista a

precariedade da estrutura socioeconômica: “o nordestino com um desgaste vital acentuado, muitas vezes morre socialmente antes de sua finitude biológica, mesmo sem ter avançado na escala cronológica” (1988, p. 16). Vale acrescentar que, de acordo com a *Síntese de indicadores sociais* (IBGE, 2007), o grupo de maior peso no contingente de emigrantes brasileiros é o de nordestinos, correspondendo a 53,8%, sendo a região Sudeste o grande alvo de atrações.

Necessário e importante seria ainda contrapor tais processos em termos das demais regiões brasileiras em razão de suas especificidades e determinação histórica. Certamente, a comparação como fato desafiador exige ainda que se tome como foco de discussão um segmento específico e de condições de vida bem peculiares – o idoso no meio rural, em meio aos processos descritos.

Outro aspecto a ser levado em conta é a definição de espaço urbano e rural empregada no Brasil, que, de acordo com o critério do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE –, diz ser

considerada urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila). Por sua vez, o espaço rural compreende a população e os domicílios recenseados em toda a área situada fora dos limites urbanos, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos.

Assim, vigora o critério político-administrativo, isto é, no Brasil quem determina o que é rural ou urbano são as Câmaras municipais.⁷ Ou seja, até sedes municipais e distritais com poucas residências são definidas como urbanas. Esse critério de demarcação espacial é alvo de críticas (CAMARANO, 2004; PEREIRA e SANTOS, 2007), por estabelecer uma supremacia do urbano sobre o rural, tornando invisíveis os distintos grupos etários inseridos nesse espaço, dificultando ainda, por exemplo, a elaboração de políticas públicas para os idosos que residem no campo.

A delimitação administrativa, assim concebida, é insatisfatória a ponto de os pesquisadores utilizarem outros critérios

⁷ Segundo a localização do domicílio, a situação pode ser urbana ou rural, definida por lei municipal em vigor em 1º de agosto de 1996 (ABRAMOVAY, 2000, p. 4).

para evitar a preponderância do urbano sobre o rural. Em *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60*, Beltrão et al. (2004) consideram a população rural aquela voltada para atividades agrícolas, além dos critérios estabelecidos pelo IBGE. Sequeira e Silva (2002) ponderam o número de habitantes, a densidade populacional, a concentração de edifícios e o setor de atividade predominante. De tudo isso se depreende que, não diferente de outros países, o aumento da urbanização da população idosa se consolida no Brasil, chegando a 81% em 2000, e a que reside na zona rural diminui de 23,3% em 1991 para 18,6% no censo posterior (IBGE, 2000). Considera-se que a industrialização é um dos principais fatores que alterou a distribuição geográfica brasileira no que concerne à situação de domicílio. A partir da década de 1950, auge da industrialização do país, os movimentos migratórios – do campo para as grandes metrópoles – se expandiram cada vez mais. Com isso, a proporção de idosos residindo na região Nordeste declinou dez pontos percentuais, ao passo que nas outras regiões foi ampliada (IBGE, 2000).

A população brasileira que era, até a década de 1940, eminentemente rural passou a se caracterizar como urbana, tendo em vista esse intenso processo migratório. A mudança do meio rural para o urbano é motivada pela falta de emprego, pela diferença entre os salários nesses espaços, pelas condições de infra-estrutura, e toma por paralelo a imagem da boa vida divulgada pelos meios de comunicação. O êxodo rural importa posto que acarreta profundas transformações na estrutura da sociedade e para a população idosa em particular (RAMOS, VERAS e KALACHE, 1987).

Por sua vez, o processo de migração rural-urbana tem sido intensificado principalmente por jovens e mulheres desde muito tempo, acarretando sérias conseqüências para o modo de vida rural e para aqueles que permanecem no campo. Verifica-se que a partir da década de 1970 a população feminina é predominante nas áreas urbanas: “[...] A distribuição acaba sendo influenciada tanto nas áreas de origem quanto nas de destino. Portanto, a

despeito da natureza eminentemente urbana da população idosa brasileira, as populações rurais permanecem proporcionalmente mais envelhecidas do que as urbanas, com predomínio da população masculina” (CAMARANO, 1999, p. 380).

A preponderância da migração feminina sobre a masculina é um dado importante, ainda hoje, para analisar uma cultura em que, pela tradição, o cuidado prestado às crianças e aos mais velhos era um papel por excelência da mulher. Assim, como essa situação se vem configurando nos modos de vida dos idosos rurais? Estão os homens assumindo uma prática que por muito tempo não retratou o seu mundo social? (PEREIRA e SANTOS, 2007).

Como reforçam Camarano et al. (2004), nos últimos 50 anos esse processo migratório refletiu sobremaneira no mundo rural, especialmente no aspecto econômico, em face do aumento da pobreza e exclusão social no contexto da “modernização conservadora” da agricultura brasileira. Contudo, ainda que muito demoradamente, a previdência rural contemplada na Constituição de 1988 inverte esse quadro não só no que diz respeito à subsistência, mas também no estímulo à produção agrária, possibilitando uma nova imagem dos idosos.

O censo de 2000 do IBGE demonstra que, especialmente na área rural, os idosos foram os mais beneficiados, uma vez que os chefes de família rurais tiveram aumento da renda de 52,6%. O crescimento na renda dos idosos foi de 76,8%. A universalização da aposentadoria rural que passou a ser paga também para os trabalhadores que não contribuíram para a Previdência é o principal motivo do aumento da renda no campo.

Um dado importante é que, das 100 primeiras cidades que têm na Previdência Social sua principal fonte de renda, 95 estão no Nordeste. É relevante ainda enfatizar que a região Nordeste, sobretudo na sua zona rural, se destaca uma realidade bem peculiar no que diz respeito à Previdência Social, pois esta exerce influência fundamental nas relações sociais. Isso se justifica pela pobreza econômica e social dessa região e, assim, a relevância do benefício é mais notável em relação aos outros lugares do país.

De uma forma geral, em se falando do Nordeste, as atividades predominantes no campo são a agricultura e a criação de gado, cujas técnicas para o desenvolvimento desses trabalhos são rústicas, dependendo ainda de fatores ambientais. As outras atividades se prestam nas pequenas cidades e nos centros urbanos. Assim sendo, a aposentadoria rural se constitui uma das poucas, senão a única, alternativas para garantir certa estabilidade aos trabalhadores do campo.

Diante dessa realidade, não é raro, nas cidades de pequeno porte, a renda dos aposentados representar a manutenção do comércio local. No contexto rural a produção agrária deixa de ser a única fonte de renda, mudança essa verificada não só no Brasil, assim como também nos países desenvolvidos.

Antes, era o aspecto agrário que predominava no mundo rural. Não apenas como fonte de riqueza econômica, mas também como fonte de poder político. O prefeito e os vereadores ou eram pessoas ligadas diretamente à agricultura, ou então recebiam seu apoio e dele dependiam. Agora, esse poder está amplamente minimizado, posto que a fonte de renda no mundo rural não é mais exclusivamente agrária. Nesse contexto, os aposentados aparecem como uma nova categoria, que aponta importantes recursos para cada comunidade ou município (ALBUQUERQUE; LÔBO e RAYMUNDO, 1999, p. 6).

Estabelecido o novo sistema de proteção social ao idoso, em que antevê a condição prévia de trabalhador formal ou informal e, claro, sua própria idade, muda-se toda uma história e percepção de amparo aos idosos do setor rural. Aqui entre os mitos relativos ao mundo rural e à realidade, entra em jogo a persistência da tradição de que cabia à família numerosa no campo a grande responsabilidade pelos membros mais velhos, devendo exercer os cuidados necessários e a assistência a estes. Essa forma de conceber a proteção aos idosos foi legitimada pelas políticas sociais das décadas de 1940 e 1950, consubstanciadas pela Lei do Abono [Decreto-Lei n. 3.200 de 1941 – concedia uma quantia de 100 mil-réis para cada chefe de família, pai de oito filhos, e mais

20 mil-réis por filho excedente (art. 29)], reforçando um mito e um valor que hoje não mais se efetiva.

Diante da precariedade do trabalho remunerado dos mais jovens, do desemprego e da baixa remuneração da agricultura familiar, mais a sazonalidade do trabalho, o velho com sua aposentadoria assume a chefia familiar, quando deveria obter o descanso esperado na velhice, regrado pela existência solidária do parentesco e da vizinhança. Uma vez mais o mito não se sustenta. Qual, portanto, a condição psicológica e social desses idosos rurais, pergunta-se Fonseca et al. (2005, p. 100). Como compreender suas necessidades e expectativas e, sobretudo, como entender o que ser velho e envelhecer pode significar em contextos diversos do mundo rural?

Todas as questões que emergem neste debate reconhecem a importância do tema e o interesse que origina novos campos de saber, com um aumento significativo da produção científica voltada à temática da velhice e consolidada nesse novo campo do conhecimento multi e interdisciplinar que é a gerontologia e com a qual dialoga as ciências sociais. Contudo, o estudo da velhice no meio rural ainda é escasso, ficando a sociedade alheia a uma realidade de contextos que se supõe peculiar, pois falar do Brasil é falar de heterogeneidade, mas também de desigualdade. Assim, permanece no imaginário social uma visão estereotipada entre o campo e a cidade.

É aqui que o olhar da antropologia pode acrescentar aos olhares da ciência econômica, da gerontologia ou de outras ciências de caráter acentuadamente urbano uma outra possibilidade: a de buscar a função social da velhice no meio rural, compreendendo aí as muitas formas de envelhecer e de ser velho e seus significados para uma ordem social em mudança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. *Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo*. Rio de Janeiro: Ipea, 2000. (Texto para Discussão, n. 702)

ALBUQUERQUE, Francisco José B.; LÔBO, Alexandre Lucena; RAYMUNDO, Jorge da Silva. Análise das repercussões psicossociais decorrentes da concessão de benefícios rurais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 12, n. 2, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em 20 jun. 2006.

BARROSO, M. J. L. R. O desafio do envelhecimento no Nordeste. In: *A terceira idade*. São Paulo: Sesc, 1988, v. 1, p. 14-18.

BELTRÃO et al. A *Constituição* de 1988 e o acesso da população rural brasileira à seguridade social. In: CAMARANO, A. A. (Org.). *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60*. Rio de Janeiro: Ipea, 2004.

BRANDÃO, Carlos R. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. *Ruris: Revista do Centro de Estudos Rurais*, Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Estadual de Campinas, v. 1, n. 1, p. 37-64, 2007.

CALDAS, José C. Estudos rurais; continuidades e rupturas. In: PORTELA, José; CALDAS, João C. (Orgs.). *Portugal chão*. Oeiras: Celta, 2003.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. *Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos*. Rio de Janeiro, Ipea, jan. 1999. (Texto para Discussão n. 621)

CAMARANO, A. A. et al. (Org.). [1999] *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60*. Rio de Janeiro: Ipea, 2004.

COVA, Anne; RAMOS, Natália; JOAQUIM, Teresa. *Desafios da comparação*. Família, mulheres e gênero em Portugal e no Brasil. Oeiras: Celta, 2004.

DEBERT, G. G. *A reinvenção da velhice: socialização e processos de privatização do envelhecimento*. São Paulo: Edusp, 1999.

_____. Formas de gestão da velhice no Brasil e em Portugal. In: COVA, Anne; RAMOS, Natália; JOAQUIM, Teresa. *Desafios da comparação*. Família, mulheres e gênero em Portugal e no Brasil. Oeiras: Celta, 2004.

DELGADO, Guilherme C.; CARDOSO JÚNIOR, José Celso. O idoso e a previdência rural no Brasil: a experiência recente da universalização. In: CAMARANO, A. A. (Org.). *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60*. Rio de Janeiro: Ipea, 2004.

FONSECA, António M. O envelhecimento bem sucedido. In: PAÚL, Constança; FONSECA, António M. (Coords.). *Envelhecer em Portugal*. Psicologia, saúde e prestação de cuidados. Lisboa: Climepsi, 2005.

FONSECA, António M. et al. Condição psicossocial de idosos rurais numa aldeia do interior de Portugal. In: PAÚL, Constança; FONSECA, António M. (Coords.). *Envelhecer em Portugal*. Psicologia, saúde e prestação de cuidados. Lisboa: Climepsi, 2005.

GODINHO, Rute. Saúde e gênero: mortalidade feminina no Brasil. In: COVA, Anne; RAMOS, Natália; JOAQUIM, Teresa. *Desafios da comparação*. Família, mulheres e gênero em Portugal e no Brasil. Oeiras: Celta, 2004.

GUSMÃO, Neusa M. Mendes de. *Os filhos da África em Portugal*. Antropologia, multiculturalidade e educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico IBGE*, 2000.

_____. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*, 2007.

KOFES, Suely. Os desafios da comparação: anotações para uma discussão. In: COVA, Anne; RAMOS, Natália; JOAQUIM, Teresa. *Desafios da comparação*. Família, mulheres e gênero em Portugal e no Brasil. Oeiras: Celta, 2004.

LOPES, António S. Retomando a questão rural. In: PORTELA, José; CALDAS, João C. (Orgs.). *Portugal chão*. Oeiras: Celta, 2003.

NOBRE, Silvia; BAPTISTA, Alberto; PORTELA, José. Idosos agricultores em Trás-os-Montes. Modos de vida, razões de permanência em meio rural. In: REIS, José; PORTELA, José; CALDAS, João C. (Orgs.). *Portugal chão*. Oeiras: Celta, 2003.

PAÚL, Constança; FONSECA, António M. (Coords.). *Envelhecer em Portugal*. Psicologia, saúde e prestação de cuidados. Lisboa: Climepsi, 2005.

PEREIRA, Jorge L. G.; SANTOS, Ivana C. B. dos. *Algumas questões para se pensar o envelhecimento no campo: experiências dos idosos de Santa Rita de Minas (MG)*. Disponível em: <www.nead.gov.br/tmp/encontro/cdrom/gt/3/Jorge_LG_Pereira.pdf>. Acesso em 17 jan. 2007.

PERISTA, Heloisa. Velhice(s) e vulnerabilidades: mulheres idosas em Portugal. In: COVA, Anne; RAMOS, Natália; JOAQUIM, Teresa. *Desafios da comparação*. Família, mulheres e gênero em Portugal e no Brasil. Oeiras: Celta, 2004.

PORTELA, José; CALDAS, João C. (Orgs.). *Portugal chão*. Oeiras: Celta, 2003.

RAMOS, Luiz Roberto; VERAS, Renato P.; KALACHE, Alexandre. Envelhecimento populacional: uma realidade brasileira. *Revista Saúde Pública*, v. 21, n. 3, jun. 1987. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em 20 jun. 2006.

RAMOS, Natália. A família nos cuidados à criança e na socialização precoce em Portugal e no Brasil: uma abordagem intercultural comparativa. In: COVA, Anne; RAMOS, Natália; JOAQUIM, Teresa. *Desafios da comparação*. Família, mulheres e gênero em Portugal e no Brasil. Oeiras: Celta, 2004.

REIS, José; PORTELA, José; CALDAS, João C. (Orgs.). *Portugal chão*. Oeiras: Celta, 2003.

SEQUEIRA, Armênio; SILVA, Marlene Nunes. O bem estar da pessoa idosa em meio rural. *Análise Psicológica*, 3 (XX), p. 505-516, 2002.

WOORTMANN, Klaas; WOORTMANN, Ellen F. Velhos camponeses. *Humanidades*, n. 46, p. 132, 141, out. 1999.

NEUSA MARIA MENDES DE GUSMÃO - Antropóloga, professora associada da FE/Unicamp e Programa de Doutorado em Ciências Sociais do IFCH, área Processos Sociais, Identidades e Representações do Mundo Rural, <neusagusmao@uol.com.br>

ADRIANA DE OLIVEIRA ALCÂNTARA - Graduada em serviço social; mestre em gerontologia e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia do IFCH/Unicamp, <alcantara2002@yahoo.com.br>